



Caderno de Provas

CPCP – 72

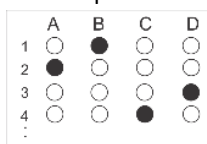
SUPORTE PEDAGÓGICO (SP) CLASSE C

Edital Nº. 001/2022 – Bom Jesus/RN e São Tomé/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Didática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Didática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Fome não é problema populacional, mas de desigualdade social.

Clara Balbi

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome. "A população, quando não contida, cresce em progressão geométrica. A subsistência cresce apenas em progressão aritmética. Um pouco de conhecimento em matemática mostrará a imensidão da primeira potência em comparação com a segunda", escreve ele em seu célebre "Ensaio sobre o Princípio da População", de 1798.

A tese ecoa ainda hoje — quando a população mundial atinge a marca dos 8 bilhões, dez vezes a da época do pai da demografia — e influenciou do movimento ambientalista a setores conservadores, que se apropriaram do argumento para defender agendas anti-imigração, por exemplo.

A previsão de Malthus estava errada — ao menos desde a década de 1960, a produção de alimentos, auxiliada pelas inovações tecnológicas, supera o crescimento da população global ano após ano.

Mesmo assim, a fome não abandonou a humanidade. Relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) indica que o percentual de pessoas que sofrem de subalimentação no mundo só cresceu nos últimos anos, indo de 8% em 2019 para 9,3% em 2020 e 9,8% em 2021. Isso significa que entre 702 milhões e 828 milhões de indivíduos não têm acesso às calorias mínimas necessárias para uma vida ativa e saudável.

Carlo Cafiero, economista e estatístico da FAO, afirma que o problema está na desigualdade econômica, já que é o dinheiro que condiciona a obtenção de comida. "A princípio, é possível ter hoje um mundo livre da fome, porque há alimentos suficientes. A questão é a vontade política de dar ao tema a relevância que ele tem. Os governos precisam trocar suas palavras por ações efetivas", diz.

O pesquisador acrescenta que mesmo os impactos de eventos extremos sobre índices como os de subalimentação e de insegurança alimentar têm mais a ver com as suas consequências para o bolso da população e menos com possíveis obstáculos no plantio ou na distribuição de comida.

É o caso da pandemia de Covid-19, que, segundo a FAO, fez com que 150 milhões de pessoas a mais do que o esperado sofressem de subalimentação. Mesmo a Guerra da Ucrânia, que assombra lideranças mundiais há oito meses, tem impacto relativo sobre a produção de alimentos deste ano, já que boa parte da colheita do trigo na região foi realizada antes do início do conflito. Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.

Professora de sociologia da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e líder do grupo de pesquisa Alimento pela Justiça, a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, cuja ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas *commodities*, como trigo, milho e soja. Assim, quando um evento extremo afeta a produção ou a distribuição de um desses produtos, o sistema inteiro desmorona.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguíram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto — convertendo-se em mercados dependentes dele. "Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles", diz a pesquisadora.

Ainda segundo ela, essa dependência ajuda a perpetuar uma "desigualdade de responsabilidades" entre os que mais contribuem para os problemas globais e os que mais são atingidos por eles. A África, que, de acordo com as projeções da FAO, deve abrigar a maior quantidade de pessoas subalimentadas até 2030, substituindo a Ásia, não tem nenhum país entre os dez maiores emissores de carbono do mundo, mas é muito mais vulnerável a perdas de colheitas devido a mudanças climáticas, por exemplo.

Não que os países ricos estejam a salvo da fome. Motta observa que, desde a adoção das políticas neoliberais dos anos 1980 e, mais fortemente, desde a crise financeira de 2008, houve um grande retrocesso no processo de inclusão social e diminuição da pobreza que vinha ocorrendo no Norte global a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

Seja como for, é na retomada de uma produção local — em que o plantio de alimentos ou a criação de animais está próxima de seu consumo, e as relações de trabalho são mais justas —, que a pesquisadora enxerga uma solução para a fome. Segundo ela, os dados apontam que a maioria da população na verdade é alimentada por produtores familiares pequenos e médios, e não pelos imensos campos de monoculturas que, além de tudo, têm grande impacto ambiental e social.

Motta argumenta ainda que soluções que visam o consumidor individual, como a recomendação da FAO de reduzir impostos sobre o preço final de alimentos ou as tendências de consumo consciente, não são suficientes para resolver os gargalos do sistema produtivo. O mesmo vale para as "carnes vegetais", desenvolvidas a partir de plantas. "Não é uma tecnologia que vai nos salvar se não mudarmos profundamente as formas de produção e de consumo que levaram à situação atual", diz.

Cafiero, da FAO, afirma que, nesse sentido, ao menos uma parte da teoria malthusiana segue valendo. É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis. "Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta a que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos."

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 30 nov. 2022.

01. O texto objetiva, principalmente,

- A) apresentar embasamento científico para invalidar totalmente a teoria do economista Thomas Malthus.
- B) apresentar embasamento científico para justificar a relação entre a fome e a desigualdade social.
- C) explicar por que eventos como a pandemia de Covid-19 contribuem para o agravamento da fome.
- D) explicar a importância da agricultura de perfil familiar na construção de políticas de combate à fome.

02. De acordo com as informações do texto,

- A) as inovações tecnológicas contribuíram para negar a relação direta entre o problema da fome e o crescimento populacional.
- B) o pensamento de Thomas Malthus ainda influencia o mundo atual e serve como argumento para que ambientalistas defendam agendas anti-imigração.
- C) os Estados Unidos, ao incorporarem os excedentes de produção alimentar de outros países, cessaram a produção local de alimentos.
- D) as soluções que procuram atingir o consumidor individual apresentam contribuição nula na resolução dos entraves à produção de alimentos.

03. Sobre a organização do quarto parágrafo, é correto afirmar:

- A) a ideia central está explícita no segundo período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no primeiro e terceiro períodos.
- B) a ideia central está implícita, mas é depreendida dos dados apresentados no segundo e terceiro períodos.
- C) a ideia central está diluída e pode ser reconstituída a partir de informações contidas no segundo e terceiro períodos.
- D) a ideia central está explícita no primeiro período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no segundo e terceiro períodos.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

04. Em relação às citações do discurso alheio presentes no texto, analise as afirmativas abaixo.

- I. No parágrafo 8, há citação indireta em que o autor do texto transcreve as palavras do autor citado.
- II. Nos parágrafos 8, 9, 10 e 11, o autor do texto recorre à citação de discursos de um mesmo autor.
- III. No primeiro parágrafo, o autor do texto recorre, primeiramente, a uma citação indireta e, em seguida, a uma citação direta.
- IV. No parágrafo cinco, há citação direta por meio da paráfrase do discurso do autor citado.

Entre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.

05. A palavra **que** foi empregada para retomar um substantivo em:

- A) Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.
- B) Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.
- C) A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional.
- D) Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles.

A questões 6 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.

[...] a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, **cuj**a ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas commodities, como trigo, milho e soja.

06. A palavra em destaque é

- A) um pronome, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação de posse.
- B) um pronome, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de posse.
- C) uma conjunção, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação condição.
- D) uma conjunção, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de condição.

A questão 7 refere-se ao período reproduzido a seguir.

É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis.

07. O conector que introduz a terceira oração poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por

- A) desde que.
- B) contanto que.
- C) apesar de que.
- D) uma vez que.

A questão 8 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus **vaticinava** que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.

08. Nesse contexto linguístico, o verbo em destaque atribui ao sujeito a ação de

- A) explicar.
- B) confirmar.
- C) identificar.
- D) prognosticar.

A questão 9 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta **a** que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos.

09. Sobre a palavra em destaque, é correto afirmar:

- A) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome **acesso**.
- B) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo **acessar**.
- C) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome **acesso**.
- D) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo **acessar**.

A questão 10 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguiram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto, — convertendo-se em mercados dependentes dele.

- 10.** Sobre as possibilidades de pontuação do trecho, considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, é correto afirmar:
- A) a retirada da primeira vírgula mantém o sentido de explicação.
 - B) a retirada da segunda vírgula é sintaticamente adequada.
 - C) o travessão poderia ser substituído por uma vírgula.
 - D) o travessão poderia ser substituído por um ponto.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

11. A avaliação da aprendizagem escolar ampara o educador e o educando na construção do conhecimento e a escola em seu papel social. De tal modo, educador e educando constroem a aprendizagem em parceria, testemunhando-a à escola, e esta, à sociedade. Nesse contexto, a avaliação da aprendizagem é um ato amoroso, na medida em que
- A) o professor determina aquilo que o educando deve aprender no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao educando, ao se autoavaliar, ajuizar a sua qualidade.
 - B) o professor inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao docente, no ato de avaliar, acolher uma situação para, então, ajuizar a sua qualidade.
 - C) o professor examina o que o educando aprendeu no seu curso de aprendizagem, determinando a progressão do educando à proporção que atinge satisfatoriamente os objetivos do educador ao longo do processo de ensino-aprendizagem, no qual o educador classifica os educandos bem-sucedidos.
 - D) o educando classifica a sua progressão no curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória e evolutiva, construída ao longo do processo de ensino-aprendizagem, mas cabe ao professor destacar a qualidade e o sucesso dos educandos bem-sucedidos.
12. As teorias da aprendizagem referem-se ao processo de desenvolvimento cognitivo que ocorre ao longo do desenvolvimento da formação humana, nos quais se incluem as aprendizagens construídas em sala de aula, na ambiência escolar ou fora dela. De acordo com essas teorias, aprendizagem é
- A) um processo de conhecimento e compreensão de inter-relações, no qual condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento avaliativo e determinante para a sobrevivência no mundo do trabalho, que permite a expansão social e individualizada.
 - B) um processo de conhecimento que seleciona o que se deve aprender, de acordo com os interesses das inter-relações, no qual condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento decisivo de desenvolvimento docente, no aperfeiçoamento das capacidades emocionais e de sobrevivência que permitem a expansão criadora da vida intelectual e coletiva.
 - C) um processo de conhecimento, de compreensão de inter-relações, em que condições de saúde determinam as condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento de seleção das capacidades intelectuais e de sobrevivência que permitem a expansão da comunidade escolar.
 - D) um processo de conhecimento e compreensão de inter-relações, em que condições externas atuam mediadas pelas condições internas de aprendizagem do sujeito. Essas condições transformam-se num instrumento de desenvolvimento do aperfeiçoamento das capacidades intelectuais e de sobrevivência que permitem a expansão criadora da vida intelectual e coletiva.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

13. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos pelos docentes partem de uma iniciativa pensada em propiciar a aprendizagem, com relevância para o desenvolvimento do discente, a construção do conhecimento e os saberes significativos da aprendizagem. A partir desse entendimento, a metodologia de ensino e aprendizagem
- A) é uma ação desenvolvida pelo docente, desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, vinculada ao processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção intencional e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor consecução da aprendizagem.
 - B) é uma ação desenvolvida pelo discente desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, vinculada ao processo de desenvolvimento do docente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção espontânea e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor definir a aprendizagem.
 - C) é uma ação desenvolvida pelo docente desde a concepção e planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação da aprendizagem, sugerida pela família e pela comunidade, no processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção direcional de um conjunto organizado de ações para melhor selecionar a aprendizagem.
 - D) é uma ação desenvolvida pelo discente desde a concepção e o planejamento até o desenvolvimento didático bem como a regulação e a avaliação metodológica, vinculada ao processo de desenvolvimento do discente. Além disso, é um elemento definidor das estratégias de ensino, numa concepção espontânea e orientadora de um conjunto organizado de ações para melhor estabelecer os critérios de aprendizagens.
14. O planejamento educacional e de ensino, fundamentalmente, deve estar alicerçado pelo Projeto Político Pedagógico da Escola-PPP, partindo de sua estrutura e das propostas didático-pedagógicas para a atuação profissional dos educadores. Considerando-se a importância do planejamento educacional e de ensino, compreende-se que a ação de planejar é uma
- A) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções comunitárias, familiares e religiosas. Essa ação tem como referência permanente as situações cotidianas concretas, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, os quais interagem no processo de avaliação.
 - B) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações didáticas concretas, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.
 - C) atividade individualizada, com previsão das ações discentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações selecionadas pelo grupo familiar, tais como a problemática social, econômica, política e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.
 - D) atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. Essa ação tem como referência permanente as situações estabelecidas pelos gestores escolares, pela política local e cultural que envolve escola, professores, alunos, pais, comunidade, que interagem no processo de ensino.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

15. As diretrizes para a educação básica no Brasil têm passado por constantes mudanças cujo objetivo é à reelaborar as propostas que orientem as ações pedagógicas das instituições de ensino, destacando a necessidade de aperfeiçoamentos e retomadas de decisões para melhor prover o ensino brasileiro. Considerando esse pensamento, a Meta 2 do Plano Nacional de Educação, de duração decenal, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tanto define a obrigatoriedade de
- A) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 7 (sete) a 16 (dezesesseis) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública regional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.
 - B) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 12 (doze) anos e garantir que pelo menos 85% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública estadual, proposta de direitos e objetivos de avaliação e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental e médio”.
 - C) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública municipal, proposta de direitos e objetivos de avaliação da gestão escolar para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.
 - D) “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), quanto define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – SUPORTE PEDAGÓGICO (SP) CLASSE C

- 16.** Do ponto de vista legal, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus aspectos
- A) físico, afetivo e social, complementando a ação da família e da comunidade.
 - B) físico, afetivo, intelectual e social, complementando a ação da família.
 - C) físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade.
 - D) físico, afetivo, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade.
- 17.** A avaliação do rendimento escolar do aluno, conforme orientação na LDBEN, Nº 9394/96, deve observar os seguintes critérios:
- A) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
 - B) avaliação contínua do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
 - C) não obrigatoriedade de estudos de recuperação, paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.
 - D) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência ao término do período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.
- 18.** Segundo Emília Ferreiro (1996), o desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social e, para aprender a ler e escrever, a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual. Nessa concepção, defende-se a alfabetização como
- A) uma função da maturação biológica.
 - B) o processo de aquisição de um código de transcrição da fala.
 - C) o desenvolvimento de capacidades relacionadas à percepção, à memorização e ao treino de um conjunto de habilidades sensoriais e motoras.
 - D) um processo de construção de conhecimento por meio de práticas que têm, como ponto de partida e de chegada, o uso da linguagem e a participação nas diversas práticas sociais e de escrita.
- 19.** O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, definiu 10 diretrizes para educação brasileira e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas em sua vigência. As metas previstas no PNE, deverão ter como referência
- A) o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.
 - B) a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.
 - C) o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.
 - D) a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

20. Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), como um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais a todos os alunos. Nesse sentido, espera-se que a BNCC
- A) ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais.
 - B) enseje o fortalecimento do regime de independência entre as três esferas de governo.
 - C) garanta o acesso e a permanência dos alunos na escola, sem se preocupar com as aprendizagens significativas.
 - D) contribua para o alinhamento de outras políticas e ações no âmbito municipal, referentes à formação docente.
21. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica contribuem para a atualização das políticas educacionais que consubstanciam o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e à formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo. Nesse sentido, essas Diretrizes visam estabelecer bases comuns nacionais para
- A) a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e o Ensino Superior.
 - B) a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, bem como para as modalidades com que podem se apresentar.
 - C) o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar.
 - D) a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades com que podem se apresentar.
22. A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, em seu Art. 3º, § 2º, estabelece que as coordenações pedagógicas devem
- A) determinar os conteúdos curriculares relacionados à temática da Educação das Relações Étnico-Raciais nas atividades curriculares.
 - B) promover o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.
 - C) orientar os docentes a realizarem atividades, especificamente, no âmbito dos componentes curriculares de Educação Artística e História do Brasil.
 - D) limitar-se a divulgar para a comunidade escolar as atividades referentes ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro).
23. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos será destinada
- A) àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria.
 - B) àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental, médio e superior como também constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.
 - C) àqueles que tiveram acesso no ensino fundamental e médio como também constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.
 - D) àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria como também constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

- 24.** O homem, ao nascer, apresenta grande plasticidade, com potencial para aprender e desenvolver várias formas de comportamento, várias línguas, utilizando-se de diferentes recursos, estratégias e raciocínios para se inserir no meio em que vive e do qual participa. Nessa perspectiva, a teoria da aprendizagem que identifica a potencialidade do homem para se apropriar das produções culturais e dos sistemas de significação, por meio de processos interativos, em níveis intrapsíquico e interpssíquico, diz respeito à abordagem
- A) da epistemologia genética.
 - B) comportamentalista.
 - C) socio-histórico-cultural.
 - D) da flexibilidade cognitiva.
- 25.** A gestão democrática é considerada um princípio constitucional da educação brasileira, expressa no Art. 3º, item VIII, da LDBEN nº 9393/96. Entende-se que essa concepção de gestão justifica-se porque
- A) a base da democracia está no diálogo e na alteridade, elementos determinantes para a formação do cidadão.
 - B) a escola é um espaço de comunicação e interação no qual os conflitos sociais se refletem, de modo que a democracia pode contribuir para a centralização das ações.
 - C) a democracia potencializa maior desempenho educacional, uma vez que o aumento do espaço para a participação garante aumento da pressão por melhores resultados estudantis.
 - D) fortalece e consolida mecanismos de participação da comunidade, prevendo o autoritarismo nos processos de decisão.
- 26.** Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é considerado um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Considerando esse pressuposto, o PPP
- A) deve ser construído pelos professores e pela coordenação pedagógica.
 - B) não deve contemplar programa de formação continuada docente, uma vez que essa tarefa deve ser responsabilidade das secretarias de educação.
 - C) deve contemplar a concepção sobre educação, conhecimento, avaliação, mobilidade escolar, bem como as bases orientadoras da organização do trabalho pedagógico.
 - D) deve ser construído por especialistas externos a escola.
- 27.** No contexto atual, o coordenador pedagógico tem enfrentado o desafio de delimitar o seu campo de atuação, buscando resgatar sua identidade e consolidar um trabalho que vai além da dimensão pedagógica. Em relação à função do coordenador pedagógico no âmbito da escola, ele
- A) um agente de transformação no cotidiano escolar, responsável pela construção e reconstrução da ação pedagógica.
 - B) aquele que não intervém nem avalia as práticas pedagógicas e curriculares da escola.
 - C) um agente administrativo escolar, responsável pela construção do Projeto Político Pedagógico.
 - D) aquele que apenas coordena e acompanha as atividades técnico-administrativas da escola.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

- 28.** A Pedagogia vincula-se à prática educativa, constituindo-se num campo de reflexão, pesquisa e análise. Nesse sentido, a Pedagogia, como ciência da educação
- A) estuda os fenômenos educativos, não se preocupando em estabelecer a relação da teoria e prática.
 - B) estuda, criticamente, a educação como práxis social, visando analisá-la, compreendê-la, interpretá-la em sua complexidade, e buscando ser uma instância orientadora do trabalho pedagógico.
 - C) tem um caráter normativo da realidade educativa, pois investiga a prática pedagógica no âmbito da formação técnica-profissional.
 - D) proporciona, ao pedagogo, uma formação ética e técnica com vistas ao aprofundamento das práticas, a partir das experiências vivenciais em sala de aula.
- 29.** O planejamento educacional apresenta-se em várias modalidades e expressa uma unidade de ideias, princípios e ações. Dessa forma, o planejamento ou plano escolar
- A) incorpora a previsibilidade de todas as atividades da escola em consonância com as suas finalidades, organização, coordenação e filosofia.
 - B) possui força de lei, conferindo estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação.
 - C) é uma ação elaborada pelo professor, considerando que o processo que se desenvolve no nível mais concreto da atuação docente, em sala de aula.
 - D) desenvolve-se no âmbito da sala de aula, a fim de promover a aprendizagem dos estudantes, considerando os objetivos e pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentam o projeto de educação da instituição.
- 30.** A Didática é uma disciplina pedagógica que estuda o processo de ensino com base em fundamentos teóricos da educação. Definindo-se como mediação escolar dos objetivos e conteúdos do ensino, a Didática
- A) diz respeito apenas a técnicas, recursos ou meios de ensino complementares da metodologia, colocados à disposição do professor para o enriquecimento do processo de ensino.
 - B) refere-se à ação didática entre o docente e o discente, sem perceber as relações sociais existentes no contexto.
 - C) investiga as condições e formas que vigoram no ensino e, ao mesmo tempo, os fatores sociais, políticos, culturais, psicossociais que condicionam as relações entre a docência e a aprendizagem.
 - D) tem como foco o processo de transmissão de conhecimentos e habilidades, de forma mecânica e associativa, englobando técnicas de ensino diversificadas.